COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 528, DE 2010

Acrescenta dispositivos ao art. 203 da Constituição Federal, para garantir uma renda mínima para a pessoa com deficiência intelectual, com autismo ou com deficiência.

Autores: Deputado EDUARDO BARBOSA
e Outros

Relator: Deputado JUTAHY JUNIOR

I – RELATÓRIO

Essa Proposta acresce ao art. 203 da Constituição Federal inciso VI, acompanhado de parágrafo único. É o seguinte o conteúdo da proposição:

“Art. 203.

.....

VI – a garantia de renda, no valor de um salário mínimo, de benefício mensal, a toda a pessoa com deficiência intelectual, com deficiência múltipla, ou com autismo.” (NR)

Parágrafo único – não se aplica à pessoa com deficiência intelectual, com deficiência múltipla, ou com autismo a exigência de comprovação de insuficiência de meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.” (NR)

Na justificação da Proposta de Emenda à Constituição, cujo primeiro signatário é o Deputado Eduardo Barbosa, expõe-se a história da

compreensão do fenômeno da deficiência em suas diversas fases, da antiguidade aos tempos atuais, onde se busca superar o tratamento discriminatório. Lembra-se assim que nos tempos antigos a tônica foi o extermínio; no medievo, com a forte ascensão do cristianismo, a assistência ao deficiente passa a ser uma via para a purificação da alma, de conotação meramente religiosa. A fase do iluminismo é marcada pela inserção da deficiência no âmbito da narrativa biomédica. Porém, o culto ao homem médio, como padrão de normalidade, termina por reforçar estereótipos, atitudes discriminatórias e preconceituosas contra as pessoas com deficiência.

A virada na compreensão da deficiência é relativamente recente, como se salienta na justificção. Transcrevo:

“A mudança mais efetiva em relação ao tratamento social da pessoa com deficiência verificou-se na segunda metade do século XX, quando o número de pessoas, com deficiência, em decorrência da segunda guerra mundial, sofreu um crescimento abrupto. Pressionados por ex-combatentes que demandavam o reconhecimento de seus direitos de cidadania e da igualdade de oportunidade, várias nações começaram a enxergar a questão da deficiência sob a ótica dos direitos humanos. Tal mudança conceitual tornou-se mais evidente a partir da divulgação de diversos documentos relativos à pessoa com deficiência pela ONU, como a Declaração do Direito das Pessoas Deficientes, surgida em 1975, e a eleição do ano de 1981 como o ‘Ano Internacional da Pessoa Deficiente’, cujo tema foi ‘participação e igualdade’.”

Ressalta-se ainda na justificção, a busca da quebra da hegemonia do modelo médico de deficiência, que “considera esse fenômeno uma questão natural e relacionada apenas à própria pessoa com deficiência.” Na compreensão das consequências das deficiências, segundo a ótica do modelo social, não são essas que “impedem a inclusão social”, mas são os fatores sociais e ambientais que colocam os deficientes em “posição de desigualdade social.” O conceito de deficiência torna-se assim questão política, ganhando a esfera pública.

A instituição da renda mínima dos deficientes visaria a “ (...) dar-lhes condições de fazer valer os princípios basilares da Convenção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência, como o respeito pela dignidade inerente; a autonomia, inclusive a liberdade de fazer as próprias

escolhas, a independência; a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação dessas pessoas como parte da diversidade humana; e a igualdade de oportunidades.”

Notícia lançada à folha 8 da Proposta, confirma que ela alcançou o quorum constitucional de apresentação, previsto no inciso I do art. 60 da Constituição da República.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma da alínea *b* do art. 32 do Regimento Interno desta Casa, examinar a admissibilidade de Propostas de Emenda à Constituição.

A matéria da proposição ora avaliada não contraria as cláusulas indicadas no § 4º do art. 60 da Constituição da República. Não há o menor risco para a forma federativa do Estado, para o voto direto, universal e secreto, para separação dos Poderes e para os direitos e garantias individuais. Vale ressaltar que a Proposta está convenientemente inserta na letra e no espírito da Constituição, a qual em seu preâmbulo coloca como um dos fins do estado democrático de direito assegurar a existência de uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social (...)”. Demais, no seu art. 3º, consagra o princípio da solidariedade.

O *quorum* constitucional, previsto no art. 60, I, da Constituição foi alcançado, como já se observara no relatório desse parecer.

Quanto à técnica legislativa, há mínimo senão. Ao ver desta Relatoria, bastaria indicar a nova redação dos dispositivos modificados ao final do parágrafo único. Não haveria, portanto, necessidade de repetir o “(NR)” no fim do inciso VI e, depois, ao fim de seu parágrafo único. A correção desse desvio de redação, porém, deve ser feita pela Comissão Especial destinada a analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 528, de 2010. Com efeito, na forma do Regimento, cuida-se nessa fase tão-somente da admissibilidade da proposição.

Haja vista o que acabo de expor, voto pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 528, de 2010.

Sala da Comissão, em 31 de março de 2011.

Deputado JUTAHY JUNIOR
Relator